manchete

Jornal Notícias

04-12-2019

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 60963
Temática: Sociedade
Dimensão: 834 cm^2
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/14

Advogados e dirigente sindical em rede de tráfico de droga P. 14

manchete

Jornal Notícias

04-12-2019

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 60963
Temática: Sociedade
Dimensão: 834 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/14

Advogados e sindicalista em rede de tráfico

Judiciária desmantela organização que introduzia cocaína pelo Porto de Sines com colaboração de funcionários. Apreendidos 22 imóveis e dinheiro

JORGE AMARAL/ GLOBAL IMAGENS

Cocaína era retirada dos contentores no Porto de Sines e todo o processo era controlado pela rede

Nelson Morais
justica@jn.pt

INVESTIGAÇÃO Dois advogados e o dirigente de um sindicato de estivadores faziam parte de uma rede criminosa que, segundo a Polícia Judiciária, introduzia cocaína no continente europeu a partir do porto de Sines e, com recurso a uma empresa angolana, lavava proventos do crime através de negócios imobiliários. Aos seis arguidos do processo foram apreendidos 165 mil euros em numerário e 22 imóveis, que valem milhões de euros.

A Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, da Polícia Judiciária, informou ontem que, no relatório final da investigação, propôs ao Ministério Público que deduzisse acusação contra os arguidos por tráfico de estupefacientes agravado, associação criminosa, branqueamento de capitais, corrupção ativa, falsificação de documentos e posse de armas proibidas.

Pelo menos desde 2015, a estrutura criminosa dedicava-se a introduzir consideráveis importantes de cocaína na Europa, por via marítima e através de contentores. E, segundo apurou o JN, era no Porto de Sines que conseguia retirar a cocaína do interior de contentores, antes de estes serem inspecionados pelas autoridades competentes. Para o efeito, contaria com o apoio de um estivador que tem funções dirigentes num dos sindicatos da classe.

ADVOGADO PRESO

Os outros arguidos são o líder da organização, Carlos Rocha, que está a cumprir uma pena de prisão de nove anos, também por tráfico de droga; a sua mulher, que participaria nas operações de branqueamento de capitais; um indivíduo que era intermediário do cabecilha e do estivador; dois advogados e uma empresa angolana.

Os advogados, segundo disse ontem a Judiciária, "tinham por função principal prestar assessoria para branqueamento dos proventos resultantes da atividade criminosa".

A lavagem foi feita através da compra de moradias e terrenos, principalmente no concelho de Benavente, que o Gabinete de Recuperação de Ativos da PJ identificou e permitiu apreender. Tais aquisições foram feitas por uma empresa angolana, arguida no processo, cujo nome não foi possível apurar. E, embora o valor patrimonial dos imóveis ronde os três milhões de euros, os investigadores estão convencidos de que o valor comercial dos mesmos é muito superior.

Além dos imóveis e de 165 mil euros em numerário, foram apreendidos aos arguidos automóveis, armas de fogo, computadores, telemóveis e documentação.

RIP-ON/RIP-OF

Droga de Santos

A droga vinha de portos brasileiros, sobretudo do da cidade de Santos. Era escondida já depois de os contentores serem controlados pelas autoridades.

Portos controlados

Os traficantes usaram o método "rip-on/rip-off, que implica o envolvimento de trabalhadores portuários, disse a PJ, garantindo que o expedidor e o destinatário da "mercadoria legítima" dos contentores eram "alheios ao transporte de droga".

Foto compromete

No telemóvel apreendido a um arguido estava a fotografia de um contentor que foi intercetado na Turquia com 250 kg de cocaína.